

Capítulo 9

REDE DE MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA DA SUINOCULTURA AMAUC/CONSÓRCIO LAMBARI

Julio Cesar Pascale Palhares

Resumo

O presente artigo conta a história da Rede de monitoramento participativo da qualidade das águas superficiais na região constituída no âmbito do Termo de Ajustamento de Condutas da Suinocultura da região da AMAUC. No seu momento de maior adesão, a Rede monitorou 16 rios, envolvendo os municípios de Arabutã, Alto Bela Vista, Irani, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Itá, Jaborá, Lacerdópolis, Lindóia do Sul, Ouro, Seara e Xavantina.

A realidade que induziu a criação da Rede

Em 2003 foi elaborado por uma equipe de pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves, juntamente com os técnicos das agroindústrias e das prefeituras da região do Alto Uruguai Catarinense, um diagnóstico a fim de avaliar a condição legal e ambiental das propriedades suinícolas (DIAGNÓSTICO..., 2003). Ao todo foram levantadas 3.821 propriedades suinícolas, localizadas em 19 municípios, em relação a aspectos tais como: rebanho existente, características do sistema de armazenamento e manejo dos dejetos e situação em relação ao atendimento aos aspectos legais da legislação ambiental e sanitária vigente.

O referido diagnóstico constatou que, do total das propriedades levantadas, 67,6%, ou seja, 2.582 propriedades, apresentavam déficit na capacidade de armazenamento de dejetos; aproximadamente 2/3 das propriedades não atendiam à atual legislação ambiental, haja vista não atenderem integralmente aspectos relacionados ao cumprimento das distâncias mínimas legais entre pocilgas, instalações e a divisa de propriedade, residências, açudes, estradas e/ou córregos e fonte de água;

quanto à necessidade de isolamento da mata ciliar nas propriedades este mostrou-se necessário em 73,5% destas; em relação à legislação apenas 8,3% (319) das propriedades consultadas possuíam o licenciamento ambiental; das propriedades que estavam sem licença de operação na atividade suinícola, 165 possuem condições de obterem licenciamento sem nenhum tipo de ajuste.

Com base nos resultados do diagnóstico e de discussões técnicas, econômicas e sociais entre os diversos atores regionais, assinou-se o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta AMAUC/Consórcio Lambari em 29 de julho de 2004 (Anexo I). O Termo considerou como instrumentos de atuação campanhas educativas, reuniões de conscientização, participação comunitária, cooperação técnica e operacional entre órgãos estaduais, municipais e federais, monitoramento e fiscalização permanente dos mananciais.

Em sua Cláusula Sexta, que trata dos Programas de Educação Ambiental, foi estabelecido que os signatários comprometiam-se em desenvolver programas de educação ambiental para os produtores e comunidade em geral, visando à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

As instituições signatárias do TAC foram:

- Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia;
- Comarca de Capinzal;
- Comarca de Seara;
- Comarca de Itá;
- Comarca de Catanduvas;

- Comarca de Ipumirim;
- Consórcio Lambari, Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC;
- município de Arabutã;
- município de Irani;
- município de Capinzal;
- município de Concórdia;
- município de Ipira;
- município de Ipumirim;
- município de Itá;
- município de Jaborá;
- município de Lacerdópolis;
- município de Lindóia do Sul;
- município de Ouro;
- município de Paial;
- município de Peritiba;
- município de Piratuba;
- município de Presidente Castello Branco;
- município de Seara;
- município de Xavantina;
- Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia;
- Embrapa Suínos e Aves;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri;
- Companhia Integrada do Desenvolvimento Agrícola em Santa Catarina - Cidasc;
- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan;
- a Fundação do Meio Ambiente - Fatma;
- o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;
- a Companhia de Polícia de Proteção Ambiental - CPPA;

- Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS;
- Sindicato da Indústria de Carne e Derivados no Estado de Santa Catarina;
- Cooperativa Central Oeste Catarinense;
- Perdigão Agroindustrial S/A;
- Seara Alimentos S/A;
- Sadia S/A;
- Frigorífico Riosulense S/A;
- Universidade do Contestado - UnC Concórdia;
- Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia;
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Rios Contíguos.

Em novembro de 2005 foi realizado na Embrapa Suínos e Aves o I Seminário de Avaliação do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura AMAUC/Consórcio Lambari (AVALIAÇÃO..., 2006).

No seminário, Jacson Corrêa, promotor do Ministério Público e coordenador geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e do Consumidor, enfatizou que:

“O Ministério Público sofre críticas porque não tem a compreensão de toda a sociedade. Há uma incompreensão de parte de alguns segmentos da sociedade que entendem que o Ministério Público está fazendo acordo. Na verdade, ele não está fazendo acordo. Está ajustando condutas. É uma diferença brutal entre estar fazendo acordos e ajustar condutas. A partir do momento que você ajusta condutas você permite que setores que até bem pouco tempo atuavam na clandestinidade, estavam fora do licenciamento e com isso sofriam o que é consequência disso, possam regularizar-se. A proposta nossa é justamente retirá-los da situação de irregularidade e ao longo de um determinado tempo permitir que eles façam essa

adequação. Para que isso aconteça é necessário que a gente dê efetividade àquilo que está comprometido. Eu gostaria de enfatizar bastante que os termos de conduta não são acordos, são ajustes de condutas, são compromissos.”

A realização do Seminário foi um momento especial para compartilhar informações, definir estratégias, propor ações comuns e sensibilizar os participantes para a necessidade de uma maior interação e coesão entre os signatários do TAC. Em suas palavras finais, o coordenador geral do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e do Consumidor disse:

“Eu quero parabenizar a todos pela iniciativa deste seminário. A gente espera que esta experiência seja levada para outras regiões do Estado, onde os Termos estão sendo criados, para que comecem a analisar o trabalho e que a ideia de existir uma Câmara de Monitoramento do Termo ganhe corpo e se efetive. É muito importante esta avaliação para a eficiência dos ajustes que nós temos concretizado, assim poderemos apontar onde nós estamos errando. É importante também que haja um monitoramento, um acompanhamento ao longo do tempo, dos compromissos que foram pactuados para que os resultados possam servir de espelho para outros setores da economia do estado.”

Dentre as várias moções e recomendações resultantes do Seminário, destacam-se duas relacionadas à necessidade de realização do monitoramento ambiental, tendo a água como principal recurso a ser avaliado. A moção, “o Comitê Operacional, deverá criar uma Câmara específica para tratar dos aspectos relacionados ao monitoramento econômico, social e ambiental do

TAC.” A outra recomendava, “elaboração de um projeto e sua execução pela Câmara Técnica do TAC, objetivando avaliar a efetividade do TAC na região. Este projeto deverá abranger indicadores ambientais, econômicos e sociais.”

Considerando o estabelecido no TAC e os resultados do I Seminário, em novembro de 2006 os municípios signatários foram convidados a participar de uma reunião onde foi apresentada a proposta de formação da Rede de monitoramento participativo da qualidade das águas superficiais na região do Termo. Para o desenvolvimento desta e de outras ações, foram aprovados dois projetos a fim de se dispor do suporte financeiro necessário. O primeiro, aprovado em agosto de 2006 junto à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, no âmbito de seus macroprogramas de pesquisa. O outro, junto à Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina - Fapesc. Ainda, para a ação específica de desenvolvimento da Rede a empresa Alfakit disponibilizou 20 Ecokits.

Após a reunião, 15 municípios aceitaram o convite para participar da Rede. Assim, eles foram convidados a indicar um representante para participar de três treinamentos sobre o tema monitoramento da qualidade das águas superficiais. Esta indicação deveria ser feita de forma oficial pela autoridade máxima do município. Este representante, além de participar dos treinamentos, teria as seguintes funções:

- formar o grupo de monitoramento no seu município;
- estabelecer os objetivos do grupo no monitoramento e o plano de divulgação dos resultados gerados;

- difundir os conhecimentos aprendidos nos treinamentos para todos do grupo;
- indicar, após discussões com o grupo, qual rio seria monitorado na comunidade, determinando os pontos de coleta de água neste;
- ser um elo de comunicação entre a instituição coordenadora (Embrapa Suínos e Aves) e o grupo.

O primeiro treinamento ocorreu no dia 7 de novembro de 2006, com o seguinte programa: apresentação dos objetivos da Rede e do monitoramento, definição de termos técnicos relacionados à gestão dos recursos hídricos e benefícios do monitoramento para o município, para a região e para o TAC, apresentação do Ecolit pelo representante da empresa Alfakit .

No dia 23 de janeiro de 2007, ocorreu o segundo encontro com a seguinte programação: monitoramento da qualidade da água e diagnóstico físico de microbacias hidrográficas, como escolher o rio a ser monitorado e os pontos de coleta de água, visita à microbacia do rio Pinhal no município de Concórdia. No dia 13 de fevereiro de 2007, realizou-se a última etapa do treinamento com a seguinte programação: como interpretar os resultados das análises de água e o correto manuseio do Ecolit. Após a conclusão dessas etapas, os grupos iniciaram as coletas de água em seus municípios.

O objetivo principal do projeto foi implantar a Rede de monitoramento participativo da qualidade da água no Alto Uruguai Catarinense (região de abrangência do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura).

Os objetivos específicos foram:

- capacitar os integrantes dos grupos de monitoramento em temas relacionados aos recursos hídricos;
- realizar análises semestrais de parâmetros químicos e microbiológicos dos rios monitorados a fim de subsidiarem a tomada de decisão pelos grupos;
- confeccionar materiais educativos sobre a gestão dos recursos hídricos, bem como divulgar as atividades desenvolvidas pela Rede junto aos meios de comunicação de massa, como em eventos técnicos e científicos;
- realizar o I Seminário de Recursos Hídricos do Alto Uruguai Catarinense;
- auxiliar na avaliação do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura.

Estratégias adotadas para sensibilização e participação na Rede de monitoramento

Pesquisas norte-americanas mostram que se você perguntar por que uma pessoa participa de um programa de monitoramento participativo ela poderá responder: meus filhos ou netos brincam nestas águas, minha família utiliza esta água para seu abastecimento e nós não queremos viver em um lugar onde existe um rio que seja uma potencial fonte de risco a nossa saúde. Aliado a estas motivações, que também se faziam presentes na região da AMAUC, a própria existência do Termo pode ser considerada como um catalisador para formação da Rede, pois a sociedade tinha neste instrumento legal uma chance de resolver, definitivamente, o problema da poluição por dejetos de suínos já que muitos outros projetos, ações e iniciativas ocorreram sem sucessos consideráveis.

Portanto, qualquer ação que fosse proposta objetivando a maior eficiência e possibilidade de sucesso do TAC seria bem aceita pelos atores. Como os resultados do monitoramento iriam propiciar a verificação das várias intervenções que estavam ocorrendo nas propriedades suinícolas a fim de melhorar a qualidade das águas, a Rede era fundamental na percepção dos atores.

Um agente indutor de formação da Rede foi a presença da Embrapa Suínos e Aves na região e no TAC. A função desta instituição no Termo era subsidiar os outros signatários com conhecimentos relacionados ao manejo ambiental dos dejetos de suínos. O pesquisador Clênio Pillon foi o primeiro representante da Embrapa no processo e liderou a redação do Termo. Posteriormente, os pesquisadores Julio Cesar P. Palhares e Cláudio Rocha de Miranda representaram a instituição, sendo apoiados pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Meio Ambiente da unidade. Desta forma, o conhecimento gerado desde 1991 em suinocultura e meio ambiente; a capacidade de buscar recursos financeiros para formação da Rede através de editais; e a própria missão da empresa que é a de subsidiar a sociedade na implementação e desenvolvimento de políticas públicas; contribuíram para a ideia e a formação da Rede.

Outra estratégia adotada para sensibilizar os atores foi a possibilidade de participação dos municípios no Dia Mundial do Monitoramento (World Water Monitoring Day) iniciativa organizada pela Associação Internacional da Água e que ocorre em todo o mundo desde 2002 entre 18 de setembro e 18 de outubro, já tendo envolvido mais de 80 mil pessoas em 50 países. O programa tem como principal objetivo fomentar e engajar as comunidades para preservação e conservação dos recursos

hídricos, sendo estes realizados através de atividades de monitoramento da qualidade da água de rios, lagos, represas, poços, estuários, etc. O monitoramento deve ter um caráter comunitário e voluntário, o que possibilita o emponderamento dos grupos para tomada de decisões visando uma melhoria da qualidade ambiental.

A possibilidade de participar de uma iniciativa mundial para conservação dos recursos hídricos foi entendida como uma forma de mostrar a todos que a região tem seus problemas ambientais, mas também vontade e interesse em resolvê-los.

Como última estratégia para participação foi utilizada a oferta dos treinamentos em monitoramento das águas superficiais. Sendo a região pouco assistida em estrutura educacional voltada às ciências ambientais, assim a possibilidade de capacitação era entendida como uma oportunidade capacitação em relação a um tema de grande importância em seus cotidianos.

Na execução de todas estas estratégias estiveram envolvidos os pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves, um técnico da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, funcionários do Consórcio Lambari e colaboradores do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga.

Benefícios sociais e econômicos, público atingido e outros indicadores que refletem o impacto da Rede

Entre os principais resultados que a rede de monitoramento propiciou destacam-se:

- geração de informações sobre parâmetros físicos e químicos de qualidade das águas superficiais (esta ação iniciou em março de 2007, para maioria dos municípios e estendeu-se até agosto de 2008);
- redação de duas apostilas contendo as informações técnicas fundamentais a serem consideradas na formação de uma Rede de monitoramento participativo;
- as principais características que um rio deve ter para ser passível de monitoramento;
- como escolher os pontos de coleta neste e como interpretar os dados referentes à qualidade das águas superficiais;
- publicação do jornal eletrônico (H₂O Notícias) que era distribuído mensalmente por via eletrônica a todos os interessados;
- publicações técnicas e científicas e entrevistas na mídia regional.

Todos estes resultados atingiram vasto público na região de abrangência do estudo, sendo este formado por funcionários públicos, principalmente os que atuavam nas secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente dos municípios da região; alunos do ensino fundamental, médio e superior; funcionários das agroindústrias da região, que participaram de alguns grupos de monitoramento; professores e comunidade acadêmica. A comprovação da difusão dos resultados pode ser atestada por dois fatos relacionados ao periódico H₂O Notícias, pois o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Contíguos repassou as edições do informativo para todos os integrantes do Comitê, bem

como a página eletrônica da Universidade do Contestado – Campus de Concórdia que o disponibilizava na seção “Últimas Notícias”.

A partir de janeiro de 2008, o projeto foi incorporado às atividades do Projeto Tecnologias Sociais para Gestão da Água, apoiado com recursos do Programa Petrobrás Ambiental, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina em conjunto com a Embrapa Suínos e Aves, Epagri e a Fundação de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina (Fapesc), haja vista que a Rede era um exemplo concreto de tecnologia social voltada para o aumento da governança da água na região.

A participação nas ações do Dia Mundial de Monitoramento da Qualidade da Água ocorreu em setembro de 2007. Neste ano 43 países participaram. Na América Latina foram seis países (Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Porto Rico), sendo o Brasil o país com o maior número de locais monitorados. O Brasil, que não participava do programa desde 2004, teve a participação de três Estados (São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro).

Em Santa Catarina, o município de Itajaí participou com um ponto de monitoramento. A Rede de monitoramento participativo da qualidade da água do Alto Uruguai Catarinense monitorou 16 rios, sendo representada pelos municípios de Arabutã, Alto Bela Vista, Irani, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Itá, Jaborá, Lacerdópolis, Lindóia do Sul, Ouro, Seara e Xavantina. A participação da Rede contribuiu de forma significativa para a participação do país no programa, conferindo posição de destaque nas ações como o sexto país com maior participação entre os 43 participantes. Este reconhecimento foi importante e demonstrou o comprometimento de todos os integrantes da Rede em atingir os objetivos traçados

trabalhando de forma conjunta e integrada.

Em números, desta participação significou que durante dez meses de monitoramento, 16 rios da região tiveram suas águas analisadas, totalizando 64 pontos de coleta. Em cada um desses pontos, análises de oxigênio dissolvido, temperatura, cloretos, fosfato, amônia e pH foram realizadas mensalmente. Com isso, dispôs-se de 3.840 resultados de análise da qualidade da água. A participação expressiva da Rede nas ações do Dia Mundial foi consequência da criação de uma cultura de monitoramento da qualidade da água na região, o que certamente irá proporcionar outras participações, mas o mais importante é que todo esse trabalho possibilitou a mudança de como entender os recursos hídricos da região e suas relações com as atividades humanas.

Os resultados sobre a qualidade das águas só foram divulgados para a sociedade após seis meses de monitoramento. Para tanto, foi efetuado um acordo entre a coordenação e todos os representantes dos grupos, no qual somente após seis meses de monitoramento os resultados seriam utilizados para as ações de difusão e educação.

Mensalmente, os valores dos diversos parâmetros de amostra de qualidade da água eram enviados eletronicamente para a coordenação do projeto, que os analisava e, caso houvesse dúvidas, eram conferidos com os representantes municipais para que estas fossem esclarecidas. Com isso se estabeleceu um aprendizado constante do representante na interpretação dos dados gerados.

Todos os rios classificavam-se de acordo com a Resolução nº 357 de 18 março de 2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente como sendo de Classe 2.

Após seis meses de monitoramento, pôde-se dizer que os parâmetros de qualidade se mantiveram nos padrões estabelecidos pela Resolução. O fosfato, o cloreto e o pH não ultrapassaram os limites legais em nenhuma das coletas para nenhum dos rios. Destaca-se que para o fosfato, devido ao limite de detecção do Ecolit ser muito alto, apesar da maior parte das análises ter indicado a ausência desse elemento nas águas isso não significa que eles não possam estar presentes em concentrações menores do que o limite de detecção do kit.

Nos rios em que alguns pontos de coleta estavam localizados em áreas urbanas, o oxigênio dissolvido apresentou concentrações abaixo do padrão legal. Estas ocorrências justificam a importância de existir redes de coleta e sistemas de tratamento dos esgotos urbanos, estando estes ausentes nas cidades participantes. Apesar das concentrações de oxigênio terem se mantido elevadas nos pontos de coleta localizados nas áreas rurais, a interpretação destes resultados demanda cuidados, pois a topografia da região favorece a oxigenação das águas. Portanto, estas elevadas concentrações, necessariamente, não indicam ausência de matéria orgânica e inorgânica nas águas.

As mesmas considerações feitas para o oxigênio dissolvido são válidas para as concentrações de amônia. Maiores concentrações foram detectadas em áreas urbanas e/ou em pontos de coleta em áreas rurais caracterizados por apresentar elevada concentração de propriedades.

Entre os meses de agosto e setembro de 2007, a partir de um convênio entre a Embrapa Suínos e Aves, a UnC Cóncordia, curso de graduação em Engenharia Ambiental e a Cidasc, coletou-se amostras de água de todos os pontos que eram monitorados pelos grupos, e estas amostras foram enviadas para o laboratório para que os seguintes parâmetros fossem analisados: dureza total, pH, cloreto, nitrato, nitrito, amônia e coliformes totais e fecais. O objetivo foi verificar a acuracidade das análises do Ecokit; ampliar o número de parâmetros monitorados, incluindo os microbiológicos; e auxiliar na interpretação dos resultados. Esta ação ocorreu a cada seis meses até o final do monitoramento.

No mês de maio de 2007, ocorreu o quarto encontro dos grupos com a coordenação do projeto. O objetivo foi apresentar as características físicas, econômicas e sociais das microbacias monitoradas para que todos tivessem uma visão geral do trabalho detectassem e identificassem características e problemas comuns. O conhecimento sistêmico da microbacia monitorada foi sempre uma das ênfases do trabalho de interpretação dos resultados da qualidade da água, pois existe relação direta entre o que ocorre no espaço e a qualidade do recurso hídrico. Esta visão chama a atenção para a necessidade dos municípios organizarem suas informações ambientais.

Em qualquer trabalho que envolva vários atores, seja de uma cadeia produtiva, de um território ou de uma região hidrográfica, o sucesso deste depende de uma ágil e eficiente comunicação entre estes atores para que os processos de troca de experiências e transmissão dos conhecimentos ocorra de forma clara, possibilitando o fortalecimento da Rede e a completa integralidade dos objetivos propostos.

Balizando-se nestes preceitos se elaborou o periódico mensal H₂O Notícias. O jornal era composto de quatro colunas: Editorial, Artigo Técnico (abrange uma abordagem técnica de um assunto relacionado as questões ambientais), Você Sabia (curiosidades sobre uma temática ambiental), Notícias (listagem das principais notícias relacionadas ao ambiente). Além destas, existiam colunas que se faziam presentes dependendo da disponibilidade de assuntos: Consulte (materiais ou sítios eletrônicos que eram de interesse da Rede) e Aconteceu (fato ocorrido nas ações da Rede no mês da edição). O jornal era redigido por todos os integrantes da Rede, não havendo responsáveis por determinada coluna, sendo que a organização de cada edição era de responsabilidade da Embrapa Suínos e Aves. O jornal teve 29 edições. Os integrantes da Rede eram incentivados a repassar o periódico para pessoas que tinham interesse nos assuntos relacionados, bem como em utilizar o jornal em suas atividades de educação ambiental.

Outros resultados alcançados pelo projeto foram: realização do I Seminário de Recursos Hídricos e seu Monitoramento na Região do Alto Uruguai Catarinense; desenvolvimento de uma cultura de monitoramento dos recursos hídricos na região; potencialização das ações de educação ambiental na região; empoderamento dos diversos participantes e comunidades; auxílio na avaliação da efetividade do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura AMAUC/Consórcio Lambari.

A Rede foi estabelecida em uma região de intenso conflito entre a produção animal e sociedade, citando-se que outros conflitos ambientais também se faziam presentes, principalmente, a falta de saneamento em todos os municípios e o uso abusivo de agrotóxicos.

Frente a essas realidades, três ações se fizeram necessárias para que esses problemas fossem minimizados: o empoderamento das comunidades pela disponibilização de conhecimentos a fim de que gerassem suas próprias informações ambientais, possibilitando a autogestão de seus espaços; o desenvolvimento contínuo de trabalhos de educação ambiental para que a absorção de conhecimentos seja constante e as informações sejam capilarizadas por toda a comunidade; e o espírito democrático e cidadão de cada um como meio de cobrança aos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização e controle ambientais, pois sem cumprimento das leis, as ações anteriores ficariam enfraquecidas.

O reconhecimento da Rede pela exposição de seu trabalho a todos os residentes da região, bem como aos de outras regiões, atuou como um atestado de “caminho certo” que estava sendo seguido o que poderia reforçar as ações já desenvolvidas e municiar a todos para que desenvolvessem novas ações e metas. Também atuou como uma validação da tecnologia social, sendo que isso funciona como uma certificação para que outras regiões possam desenvolver trabalhos semelhantes, difundindo conhecimentos, gerando informações, mudando realidades e melhorando as condições ambientais.

Referências

AVALIAÇÃO do Termo de Ajustamento de Conduta da Suinocultura AMAUC/Consórcio Lambari, 2006, Concórdia. Anais. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 71 p. (Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 103).

DIAGNÓSTICO das propriedades suinícolas da área de abrangência do Consórcio Lambari, SC - relatório preliminar. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2003. 33 p. (Embrapa Suínos e Aves. Documentos, 84).